



Desanuviamiento no conflito indo-paquistânês

Luís Boavida*

O conflito que desde 1947 envolve a Índia e o Paquistão a respeito do controlo da região maioritariamente muçulmana de Caxemira conhecer no passado mês de Novembro novos desenvolvimentos no sentido da sua resolução pacífica. A 23 de Novembro, o primeiro-ministro paquistânês, Zafarullah Jamali, anunciou um cessar-fogo unilateral na Linha de Controlo que divide Caxemira, ao mesmo tempo que propunha à Índia um cessar-fogo mais efectivo. Nova Deli respondeu impondo como condição essencial para a concretização da proposta de Islamabad a proibição por parte do Paquistão da entrada de rebeldes muçulmanos no território controlado pela Índia, ao mesmo tempo que sugeria a extensão da trégua ao Glaciar de Siachen, ao norte da Linha de Controlo.

No dia 25 de Novembro, os exércitos dos dois países concordaram na implementação de um cessar-fogo aplicável à Linha de Controlo e ao Glaciar de Siachen e a 1 de Dezembro os dois países concordaram em retomar os vãos entre si e permitir sobrevãos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

Estas medidas de normalização entre as duas potências regionais podem constituir “o princípio do fim” do conflito, esperando-se novos desenvolvimentos se a Índia aceitar a realização de um encontro entre Musharraf e o primeiro-ministro indiano Atal Vajpayee, à margem da cimeira da Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional (SAARC), que ocorrerá de 4 a 6 de Janeiro. ■



Europa:

Cumplicidade e solidariedade europeia

Nádia Esteves*

A França e a Alemanha quebram a disciplina orçamental imposta pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, ultrapassando o limite de 3 por cento do PIB autorizado para o défice público.

Paris e Berlim conseguiram a suspensão do processo e que os seus compromissos constem em simples conclusões do ECOFIN e não em recomendações juridicamente vinculativas.

blico. Na reunião de 25 de Novembro, em Bruxelas, os Estados decidiram-se pela não aplicação de sanções (ainda que contra o parecer da Comissão). Paris e Berlim conseguiram a suspensão do processo e que os seus compromissos constem em simples conclusões do ECOFIN e não em recomendações juridicamente vinculativas.

Legitima-se a situação com o argumento de que foi uma maioria qualificada que alterou as regras do jogo, mas também há quem acuse a Comissão de ter cometido um erro ao juntar os dois *dossiers* – juntas, a França e a Alemanha representam mais de metade do PIB da eurozona e dispõem de poder suficiente para bloquear a adopção de recomendações da Comissão. Em contraste com os alertas lançados pelo BCE, foram avançados argumentos sobre a rigidez do PEC, cuja estrita aplicação poderia levar a uma agravamento da situação económica. ■



Médio Oriente:

Irão: avisos da AIEA

Isabel Pestana*

Perante a constatação de que o Irão havia desenvolvido, durante duas décadas, um programa nuclear, violando as obrigações do Tratado de Não Proliferação (ao qual o Irão aderiu em 1970), o Conselho de Governadores da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), reiterou a necessidade de Teerão respeitar o tratado, sob pena de lhe serem impostas sanções.

A AIEA sublinha a urgência da ratificação pelo Irão do protocolo adicional ao TNP, que permite a realização de inspeções no terreno, sem consentimento prévio. Mohamed ElBaradei, Secretário-Geral da AIEA, deve verificar se todas as informações fornecidas pelas autoridades iranianas sobre as actividades nucleares, passadas e presentes, estão correctas. Ali Akbar Saléhi, representante do Irão na AIEA, reafirmou o empenhamento do seu país em respeitar tanto o tratado como o compromisso de ratificação do protocolo adicional, embora sem mencionar uma data precisa.

No caso de nova violação, o Conselho de Governadores reunir-se-á e accionará qualquer dos meios à sua disposição, podendo mesmo levar o caso perante o Conselho de Segurança da ONU, que poderá, por sua vez, impor uma série de sanções ao Irão. ■